

**- Informe de Política Externa Brasileira –  
Nº 224  
21/08/09 a 27/08/09**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).  
Mestres e Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento, Leonardo Ulian Dall Evedove e Renata Avelar Giannini. Mestrandos em História pela UNESP de Franca: Victor Hugo de Souza Gonçalves e Tiago Pedro Vales. Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Felipe dos Santos (bolsista CNPq), Juliana Yumi Aoki, Celeste de Arantes Lazzerini, Patrícia Carmos, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida, Bruna Hunger Ribeiro, Felipe Garcia Moreira.

**Brasil contestou EUA na OMC**

No dia 20 de agosto, o Brasil decidiu pedir a instalação de um painel (comitê de árbitros) na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas antidumping adotadas pelos Estados Unidos sobre a importação de suco de laranja brasileiro. O Brasil questiona um mecanismo chamado de “zeramento”, prática condenada pelo Órgão de Solução de Controvérsias do organismo, que reduz artificialmente o preço de venda dos produtos brasileiros no mercado norte-americano, caracterizando dumping. Antes da apresentação de pedido do painel, foram realizadas duas rodadas de consultas com o governo norte-americano, mas não houve entendimento a respeito do tema. As representações comerciais dos EUA em Washington e Genebra informaram que não comentarão o caso enquanto não concluírem sua revisão (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/08/2009, O Globo – Economia – 21/08/2009*).

### **Lula visitou Evo Morales**

Em 22 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o presidente Evo Morales em Vila Tunari, Bolívia. Lula fez um discurso de apoio à reeleição de seu homólogo boliviano e anunciou que o Brasil substituirá os EUA em um acordo de preferência tarifária para a compra de têxteis, suspenso por Washington em 2008 sob a alegação de falta de colaboração no combate ao narcotráfico. O presidente brasileiro também tratou do uso de bases colombianas pelos EUA, reafirmando a posição brasileira, que busca garantias jurídicas de que as bases serão usadas exclusivamente para combater o narcotráfico em território colombiano. Além disso, os presidentes assinaram acordos nas áreas de infraestrutura, exploração mineral, formação profissional e regularização da situação de migrantes brasileiros no país vizinho. Em comunicado conjunto, os presidentes afirmaram que concluirão até julho de 2010 a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço, que deverá reunir as demandas sociais das populações dessas áreas, além de convocar a 1ª Reunião de Mecanismo de Coordenação e Cooperação Brasil-Bolívia (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/08/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 22/08/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/08/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 25/08/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/08/2009; O Globo – O Mundo – 21/08/2009).

### **Brasil consulta Venezuela sobre controle cambial**

Em razão da demora no pagamento das exportações direcionadas à Venezuela, o Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pediu explicações ao presidente venezuelano, Hugo Chávez, sobre o atual sistema de controle de câmbio em moeda estrangeira do país. Chávez afirmou ao ministro que desconhece o problema, mas que determinará a sua equipe que resolva as pendências (O Globo – Economia – 22/08/2009).

### **Em telefonema, Lula discute bases com Obama**

No dia 21 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou a seu homônimo norte-americano, Barack Obama, pedindo garantias jurídicas de que a ampliação do acordo militar entre Estados Unidos e Colômbia se destinará apenas ao combate ao narcotráfico e ações anti-guerrilha, além de não significar a instalação de bases norte-americanas em território colombiano. Lula formalizou o convite para que Obama se reúna com os 12 presidentes da América do Sul durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro, para discutir esta delicada questão regional. Diante do pedido de restrição de sua atuação na Colômbia, Obama disse apenas que enviará ao Brasil um funcionário do Departamento de Estado para dar maiores explicações sobre as bases militares e que terá que avaliar sobre a possibilidade desta reunião devido a

sua agenda de compromissos. O presidente brasileiro também comentou sobre a situação política em Honduras e pediu que o governo norte-americano aumente a pressão sobre o regime golpista hondurenho. Em resposta, Obama relatou as medidas adotadas pelo seu governo e informou que foi enviada uma missão de chanceleres da Organização dos Estados Americanos (OEA) a Tegucigalpa para discutir com o presidente golpista, Roberto Micheletti, a volta de Manuel Zelaya (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/08/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/08/2009; O Globo – Mundo – 22/08/2009).

### **Marinha detalhou o projeto de compra de submarinos franceses**

O governo brasileiro publicou o valor do negócio para a compra de cinco submarinos, acertado em 2008, com o presidente francês Nicolas Sarkozy. O montante a ser pago à estatal francesa DCNS pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) totaliza mais de 6,5 bilhões de euros, pois inclui transferência de tecnologia e a compra de sobressalentes, torpedos, um estaleiro e uma base para a nova embarcação. A Marinha, em resposta aos questionamentos à compra, assinalou que a escolha baseou-se na qualidade e na autonomia destes submarinos, bem como na transferência de tecnologia que o projeto prevê. O Prosub será pago por meio de um empréstimo feito ao Brasil por um consórcio de bancos liberado pelo BNB Paribas, a ser pago em 20 anos (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/08/2009).

### **Amorim rejeitou comparação de acordos militares**

Em 24 de agosto, o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, recebeu a visita do seu homônimo equatoriano, Fander Falconí. O principal assunto da pauta foi a atual situação militar da América do Sul. No encontro, Amorim afirmou que não é plausível comparar o acordo Colômbia-EUA com o Brasil-França, pois o acordo envolvendo o Brasil é somente para aquisição de equipamentos e treinamento; já o Colômbia-EUA tem como objetivo a presença militar estrangeira em seu território. Tanto Amorim como Falconí se declararam abertos não só para a questão militar envolvendo os EUA, mas também afirmaram estar dispostos a discutir a situação dos convênios militares, o tráfico de armas e a luta contra os narcóticos, como propõe o governo da Colômbia (Folha de S. Paulo – Mundo – 25/08/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 25/08/2009; O Globo – O Mundo – 25/08/2009).

### **Jobim discute acordos militares com Bogotá**

No dia 25 de agosto, o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, fez uma visita surpresa a Bogotá para se reunir com o titular da Defesa colombiano, Gabriel Silva. O objetivo do encontro foi analisar os acordos militares entre Bogotá e



Washington, falar sobre a reunião da União de Nações Sul-americanas (Unasul) e buscar intermediar uma reaproximação entre Colômbia e Equador. Jobim e Silva concordaram também em ampliar a cooperação na área de defesa entre Colômbia e Brasil (O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/08/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/08/2009; O Globo – O Mundo – 27/08/2009).

### **Tratado entre Brasil e Vaticano**

Em 26 de agosto, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou um tratado internacional entre o Brasil e o Vaticano. O documento versa sobre assuntos jurídicos, ensino religioso público, casamento, dentre outros temas. O tratado, que segue para análise do Senado brasileiro, gerou polêmica entre os deputados e especialistas por um possível proselitismo, que seria inconstitucional, por ser o Estado brasileiro laico (Folha de S. Paulo – Nacional – 27/08/2009; O Globo – O País – 27/08/2009).